

**RESENDE, José Manuel (2010), *A sociedade contra a escola? - a socialização política escolar num contexto de incerteza*. Lisboa: Instituto Piaget.**

O estudo de José Manuel Resende sobre o trabalho de qualificação cívica de jovens realizado na escola coloca questões de elevado interesse para especialistas e público em geral. De facto, no actual contexto de generalização do ensino, a escola transforma-se num objecto familiar. Frequentada por muitos, fazendo parte da experiência social de tantos outros, a instituição escolar assume hoje uma centralidade inédita na sociedade portuguesa. Sobre ela se emitem as mais variadas opiniões e julgamentos, de resto tanto mais contundentes quanto maiores as expectativas nela depositadas.

Ora, um dos desígnios constitutivos da forma escolar moderna é, justamente, o de formar cidadãos. É essa a sua promessa fundadora. É em seu nome que se legitima a obrigatoriedade de frequência, pelos mais novos. Através da escola pública - e da nova moral racional que ela transporta, transmite e incute - visa-se promover uma socialização política, ou seja, transformar *indivíduos* em *cidadãos* aptos a participar na *polis*. E daqui emerge a questão de partida deste livro, enunciada através de um interessante paradoxo: se a modernidade atribui à escola a tarefa de formar cidadãos, por que razão se comprova hoje, em inúmeros estudos, uma profunda indiferença juvenil face à participação política e cívica? Estará a escola a cumprir o seu mandato neste domínio? Questão extremamente actual, já se vê, tendo em conta a acentuada turbulência cívica - particularmente potenciada pelos *media* - hoje vivida no espaço escolar, facilmente objecto de tão apaixonadas quanto superficiais análises.

Colocada a interrogação, José Resende vai tomar como objecto central a socialização política como trabalho de qualificação. Importa

sublinhar que semelhante trabalho de qualificação é aqui entendido em dois planos interdependentes, aliás desde sempre presentes na escola - o da transmissão dos saberes, a dimensão cognitiva (**instruir**), por um lado; o da "reparação das condutas", a dimensão educativa (**educar**), por outro. Ambos concorrem para transformar a simples "cidadania como estatuto" (outorgada, mas não praticada) em "cidadania como moral laica e participada" (activamente exercitada no espaço público). Como pretexto analítico para equacionar a socialização política realizada na escola, o autor incide a sua pesquisa no programa de Educação para a Cidadania recentemente introduzido no ensino secundário.

Será ele o fio condutor que transporta o leitor, num jogo de espelhos de múltiplas faces, do debate conceptual do conceito de cidadania feito pelas ciências sociais, da concepção política enunciada nos documentos orientadores da Educação para a Cidadania, passando pelas propostas dos especialistas através da análise dos manuais escolares para este programa, chegando finalmente aos protagonistas da sua realização no espaço escolar - os docentes - e às percepções que estes produzem acerca do seu trabalho com os alunos.

Para tanto, e adoptando a perspectiva de uma sociologia da crítica, discute teoricamente a escola como "arena pública", articulando-a quer com a crise do programa institucional escolar quer, correlativamente, com o trabalho de socialização que lhe está (estava) associado.

Elenca, depois, as profundas transformações ocorridas nas últimas décadas nos sistemas de ensino, como elementos explicativos para entender a sociogénese da irrupção, com aparente carácter de urgência, do programa de Educação para a Cidadania nas escolas secundárias. Programa este que, como se comprova no livro, está longe de ser inédito ou recente no sistema de ensino português: ao longo do séc. XX, ele surge ciclicamente, com outras

designações mas com propósitos afins. De qualquer forma, o exercício prático deste trabalho socializador de que os professores são mandatados, pelo Estado, convoca inevitavelmente uma discussão acerca da própria profissão docente que o autor realiza com notável domínio, na senda, aliás, de um trabalho anterior de grande fôlego dedicado ao tema.

Dos caminhos que percorreu através da pesquisa empírica realizada em quatro escolas secundárias públicas inseridas em paisagens sociais bastante contrastantes do país, devolve analiticamente ao leitor uma tipologia dos temas e valores sublinhados pelos professores nos seus testemunhos escritos sobre a cidadania, já demonstrativa dos "mundos plurais" em que o seu trabalho de qualificação se move, por um lado; e, por outro, desvenda os argumentos invocados pelos docentes nas entrevistas colectivas dedicadas à mesma temática.

Este extenso roteiro passa inevitavelmente por territórios temáticos de inegável actualidade para se pensar o lugar da escola na contemporaneidade, e que em muito extravasam, como se presume, as fronteiras do programa Educação para a Cidadania. Sublinho alguns, admiravelmente trabalhados pelo autor: as actuais dificuldades da transmissão cultural intergeracional; as novas configurações da incomunicabilidade geracional produzidas em contexto de proximidade aparentemente acrescida; o primado da *educação* sobre a *instrução* que parece dominar a paisagem escolar actual e suas consequências ao nível do trabalho de qualificação de cidadãos; o alcance do trabalho de socialização exercido num contexto de modernidade marcado por risco e incerteza quanto ao futuro; as tensões entre o princípio do "aluno ao centro" e a recusa deste em participar no jogo escolar; o estatuto do lúdico e dos valores próximos do universo dos lazeres no espaço escolar, protagonizados pelo mundo juvenil.

Desde logo interpeladora é uma das constatações evidenciadas neste estudo - nomeadamente, a grande consistência de argumentos e pontos de vista comuns identificados entre docentes *apesar de* inseridos em escolas bem diferentes, em torno do défice que é atribuído ao seu trabalho de qualificação dos jovens. Este denominador amplamente comum parece, sem dúvida, denunciar um elevado mal-estar sentido no desempenho do seu trabalho de socialização junto dos alunos, sintoma afinal de uma crise decorrente das profundas mutações associadas ao "trabalho sobre o outro", de que nos fala abundantemente François Dubet.

Mas o estudo de José Resende não nos devolve apenas esta, nem muitas outras interrogações interessantes, que desde já convidamos o leitor a desvendar. O mérito desta obra revela-se, também, nas inúmeras questões que suscita e nas pistas que promissoramente abre para futuros estudos.

Pela minha parte, confesso que a sua leitura me convidou a pensar no lugar actual da transmissão dos saberes *na* escola. Se é certo que a validação de saberes continua a ter na escola a sua instância certificadora primordial - reencaminhando-se mesmo actualmente, para a escola e seus profissionais, a tarefa de certificação de saberes alheios obtidos *fora* dela - a verdade é que na escola, como revela José Resende, o "apelo à proximidade" entre professores e alunos incentivado por especialistas, técnicos e actores educativos em geral tem conferido espaço a outro tipo de investimentos que transmutam a instituição, outrora um espaço frio e distante, num "espaço habitável", com fortes similitudes com o espaço doméstico, que em parte se deixou invadir por lógicas de compreensão intersubjectiva e por critérios de afirmação juvenil idênticas àquelas aí prevalecentes.

Neste caso, num contexto agora potencialmente mais marcado pela tensão entre "um ideal de escola como local de trabalho e um ideal de escola

como local de sociabilidade juvenil", mas em que a posse de títulos escolares permanece critério incontornável de acesso às posições sociais, será que o lugar da aquisição de saberes corre o risco de "deslocalização", pelo menos parcial, para fora da escola, situando-se porventura em contextos de aprendizagem privatizados, mais individualizados - a proliferação de centros de explicações, academias de aprendizagem, centros de línguas, não o faz justamente supor? - desvinculados da "tirania do grupo" que invade uma parte significativa das interações em contexto escolar, e por isso mais eficazes na aquisição instrumental das aprendizagens cognitivas requeridas, que à escola caberá meramente validar? Em caso afirmativo, como não ver nesta mudança uma alteração profunda aos fundamentos constitutivos do trabalho de qualificação de jovens cometido aos sistemas de ensino modernos? Como não descortinar nesta mudança uma nova reconfiguração de velhas desigualdades sociais que a escola pública tinha como promessa atenuar ou mesmo erradicar? Neste caso, mais do que o capital cultural, critério determinante para entender no passado o mecanismo de transmutação das desigualdades sociais em desigualdades escolares, não estará hoje a transformar-se o capital económico no recurso-chave para aceder às condições de possibilidade do sucesso escolar? Crescentemente mobilizados no exigente exercício de "reparação das condutas", e na procura incessante de compromissos prévios que promovam a possibilidade de a comunicação pedagógica se efectuar, não é de estranhar, pois, o facto de os professores se sentirem actualmente "prisoneiros no seu próprio local de trabalho".

Como já se percebeu, a mais recente obra de José Manuel Resende não decepciona o leitor. Pelo contrário, confirma a originalidade que há muito marca a sua presença na sociologia portuguesa. Originalidade feita de imaginação sociológica, originada numa genuína curiosidade científica e

alicerçada em uma notável solidez teórico-conceitual. O seu olhar reflecte uma abordagem séria, obsessivamente rigorosa, diria mesmo, dos fenómenos que elege para estudo, o que o leva a praticar uma militante pluralidade paradigmática no tratamento dos temas, a mobilizar inúmeros contributos e autores, a rejeitar ser prisioneiro de uma só verdade, mesmo que provisória. Essa busca teórica incessante traduz-se numa actualização permanente de abordagens, patente aqui nas dimensões inovadoras que este estudo traz relativamente a um seu recente trabalho anterior de grande fôlego. Mas esse investimento teórico não o faz dispensar a prática empírica, espaço crucial onde se joga, verdadeiramente, a imaginação sociológica. Aqui, não só ela é exercitada com idêntica competência, como ela constitui mesmo pretexto de reflexividade sociológica adicional: para além do registo detalhado de procedimentos e opções teórico-metodológicas, são igualmente partilhadas com o leitor estimulantes interrogações acerca dos entraves e limites observados na mobilização dos sujeitos - neste caso, dos docentes - para a pesquisa.

A ler, absolutamente.

Maria Manuel Vieira